

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

“Nem todas as vítimas importam”. A influência das crenças no mundo justo na  
responsabilização de vítimas de diferentes grupos sociais

Mestrado

João Gabriel Nunes Modesto

Brasília, DF

2014

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

“Nem todas as vítimas importam”. A influência das crenças no mundo justo na  
responsabilização de vítimas de diferentes grupos sociais

Mestrado

João Gabriel Nunes Modesto

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Pilati

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia Social, do Trabalho e das  
Organizações como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre em  
Psicologia Social, do Trabalho e das  
Organizações.

Brasília, DF

Junho de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Dissertação defendida e aprovada em 18 de junho de 2014

---

Dr. Ronaldo Pilati

Universidade de Brasília

(Presidente)

---

Mathieu Turgeon, Ph.D

IPOL - Universidade de Brasília

(Membro)

---

Raquel Hoersting, Ph.D

Universidade de Brasília

(Membro)

---

Dr. Alexandre Magno Dias Silvino

FACITEC

(Membro suplente)

## Agradecimentos

São muitas pessoas a agradecer. Começo por meus pais, João Pedro e Lúcia Helena, e meu irmão, Francisco, pelo amor que recebi ao longo da vida e pelo respeito às minhas escolhas profissionais. Não foi fácil mudar de cidade, mas sei que eles estavam aqui comigo, e agora vibram com minha conquista. Agradeço também Luísa, que ao longo de quatro anos e meio foi minha companheira. Além de todo amor e carinho, Luísa sempre me apoiou academicamente, e lia, pacientemente, todos meus trabalhos. Ela é, sem dúvida, a psicanalista que mais entende de cognição social.

Agradeço também a Prof<sup>a</sup> Ilka Bichara da UFBA pelo aprendizado e por ter me dado a primeira oportunidade como bolsista de iniciação científica. Com Ilka pude dar os primeiros passos em minha formação científica.

Ainda sobre minha graduação na UFBA, agradeço ao Prof. Marcos Emanuel, profissional por quem nutro profunda admiração. Marcos foi meu orientador durante quase quatro anos, e devo a ele boa parte de minha formação em psicologia social. Marcos foi ainda o principal incentivador para que eu realizasse meu mestrado na UnB. Agradeço também a todo o grupo do LEPPS-UFBA, pelas amizades e pelas animadas discussões em reunião. Em especial, agradeço Gil, Marta e Guilherme, por terem me ajudado, tão gentilmente, na coleta de dados que realizei em Salvador.

Passando agora para Brasília, agradeço muito aos amigos e colegas do LAPSOCIAL (e agregados). Vocês foram muito mais que uma fonte de aprendizado, vocês foram minha base aqui em Brasília. Fui muito bem recebido por vocês e não tenho como demonstrar toda minha gratidão por isso.

Agradeço ainda aos meus alunos da disciplina de Psicologia Social I. A experiência com eles só reafirmou o meu interesse pela docência. Espero que as aulas tenham sido tão ricas para eles quanto foram para mim.

Agradeço também Carol, Guilherme, Matheus e Vanessa por terem me ajudado na coleta de dados em Brasília e terem dado sugestões para uma melhor operacionalização da minha pesquisa.

Por fim, agradeço ao Prof. Ronaldo, orientador deste trabalho. Desde o primeiro contato que tive com Ronaldo, ele demonstrou enorme profissionalismo e competência. Ronaldo foi um orientador sempre presente e atento às minhas demandas. Espero um dia ter a capacidade de Ronaldo de realizar orientações tão precisas.

**“O homem que disse: ‘prefiro ter sorte a ter talento’, entendeu bem a vida. As pessoas têm medo de admitir que grande parte da vida depende da sorte”.**

**“Match Point”  
(Woody Allen)**

## Sumário

Índice de tabelas e figuras.....	VII
Resumo.....	VIII
Abstract.....	IX
Introdução.....	1
Parte I: O desenvolvimento de Testes de Associação Implícita para as crenças no mundo justo.....	5
Medidas diretas e indiretas das diferenças individuais da CMJ.....	5
Teste de Associação Implícita.....	7
Estudo 1.....	9
Método.....	9
Resultados.....	11
Discussão.....	12
Estudo 2.....	13
Método.....	13
Resultados.....	16
Discussão.....	18
Discussão geral.....	19
Parte II: A influência da categoria social da vítima na relação entre CMJ explícita e implícita e a responsabilização de vítimas.....	21
CMJ e características das vítimas.....	21
Estudo 3.....	23
Método.....	24
Resultados.....	25
Discussão.....	26
Estudo 4.....	28
Método.....	29
Resultados.....	31
Discussão.....	33
Discussão geral.....	36
Considerações finais e direcionamento futuros.....	37
Referências.....	39
Apêndice A.....	44
Apêndice B.....	45
Apêndice C.....	46
Apêndice D.....	47
Apêndice E.....	48
Apêndice F.....	49

**Índice de tabelas e figuras**

Figura 1. Diagrama de barras de erro da diferença entre as médias das medidas explícita e implícita.....	17
Tabela 1. Parâmetros dos modelos da regressão sequencial.....	18
Figura 2. Diagrama de barras de erro da responsabilização da vítima em cada condição experimental.....	32

## Resumo

A presente pesquisa investigou o processo de responsabilização de vítimas a partir da Hipótese do Mundo Justo. Foram realizados quatro estudos, apresentados nesta dissertação em duas partes. Na primeira parte são descritos dois estudos com objetivo de desenvolver Testes de Associação Implícita (TAI) para as crenças no mundo justo (CMJ). O Estudo 1 testou, com 119 participantes, uma versão preliminar do TAI-CMJ em comparação a uma medida explícita. Após ajustes da versão preliminar, no Estudo 2, foram desenvolvidos dois TAI's, um para a dimensão global, outro para a dimensão pessoal da CMJ. Ambas as medidas implícitas e a explícita foram submetidas a um teste de validade preditiva em uma amostra com 139 participantes. Os TAI's apresentaram parâmetros psicométricos satisfatórios, porém, a medida explícita apresentou melhor poder preditivo. A segunda parte da dissertação descreve os dois últimos estudos que tiveram como objetivo testar a influência da categoria social da vítima na relação entre CMJ explícita\ implícita e a responsabilização de vítimas. No Estudo 3, 102 participantes responderam a medidas explícita e implícita da CMJ e avaliaram a responsabilidade de uma vítima (endogrupo X exogrupo). No Estudo 4, incluímos uma manipulação de sobrecarga cognitiva. Foram 110 participantes que responderam às medidas da CMJ e avaliaram a responsabilidade de uma vítima (endogrupo X exogrupo) em uma situação de sobrecarga cognitiva (baixa X alta). Verificou-se que a categoria social da vítima interfere na relação da CMJ com a responsabilização, restringindo o efeito da CMJ à avaliação de membros do endogrupo. Implicações são discutidas.

Palavras-chave: Crenças no mundo justo; processos implícitos; Teste de Associação Implícita; relações intergrupais; sobrecarga cognitiva.

### **Abstract**

The present research investigated the process of victim deprecation in the light of Just World Hypothesis. Four studies were developed, presented in two parts in this Master`s thesis. In the first part, two studies with the objective of developing Implicit Association Tests (IAT) for the Belief in Just World (BJW) are described. Study 1 tested, with 119 participants, a preliminary version of the IAT-BJW in comparison with an explicit measure. After adjustments in the preliminary version, in Study 2, two IAT`s were developed, one for the general dimension and the other for the personal dimension of BJW. Both implicit measures and the explicit measure were submitted to a test of predictive validity with a sample of 139 participants. The IAT demonstrated satisfactory psychometric properties, however, the explicit measure demonstrated better predictive power. The second part of this Master`s thesis describes the last two studies, which had the objective of testing the influence of the victim social category on the relation between the BJW explicit/implicit and victim deprecation. In Study 3, 102 participants answered explicit and implicit measures of the BJW and evaluated the responsibility of a victim (ingroup x outgroup). In Study 4, we included a cognitive load manipulation and 110 participants answered and evaluated a victim responsibility (ingroup x outgroup) in a situation of cognitive load (high x low). It was shown that the victim social category interferes on the relation of the BJW with the victim deprecation, which restricts the effect of the BJW in evaluations of ingroup members. Implications are discussed.

**Keywords:** Belief in a just world; implicit processes; Implicit Association Test; Intergroup relations; cognitive load.

## Introdução

Em março de 2014, foi divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) um estudo sobre a tolerância social à violência contra as mulheres com uma amostra representativa de brasileiros. A divulgação dos resultados teve grande repercussão midiática, principalmente em função do achado que 65% dos brasileiros concordavam que “mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas”. Alguns dias após a divulgação, o IPEA apresentou uma errata informando que este resultado estava incorreto, e que, na verdade, “apenas” 26% dos brasileiros concordavam com essa assertiva. Apesar de este erro ter sido detectado, outros resultados da pesquisa não foram corrigidos e demandam atenção, como, por exemplo, o dado que em torno de 58% dos participantes concordaram que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (IPEA, 2014). Esse resultado permite um questionamento que não se aplica apenas à situação de estupro: por que muitas vezes uma vítima inocente é responsabilizada pela sua condição? Tentando responder a esta pergunta, Melvin Lerner desenvolveu a Hipótese do Mundo Justo (Lerner, 1980).

O interesse de Lerner em entender como as pessoas reagem a vítimas começou em sua experiência como psicólogo clínico e professor universitário. Lerner percebeu que muitos de seus alunos culpavam pessoas com psicopatologias pela sua condição. Observou ainda que os estudantes apresentavam atitude semelhante em relação aos pobres (Correia, 2003). Lerner buscou então entender esse fenômeno, formulando a hipótese que as pessoas buscam estabelecer uma relação direta entre o que é feito e os resultados obtidos, assumindo a crença (não necessariamente consciente) que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm. Para testar essa hipótese, foram desenvolvidos na década de 1960 os primeiros estudos sobre as crenças no mundo justo (CMJ). Lerner (1965) propôs um experimento em que os participantes deveriam avaliar

o esforço de dois trabalhadores. Antes da realização da tarefa, os participantes eram informados que, por falta de recursos, apenas um dos trabalhadores receberia uma recompensa financeira, e que mesmo assim aceitaram participar. A decisão de quem seria recompensado era feita aleatoriamente, e os sujeitos eram informados quem seria o beneficiado antes da avaliação do esforço. A manipulação experimental envolvia a decisão de quem seria recompensado: Tom ou Bill. Em ambas as condições, o trabalhador que era recompensado, mesmo que de maneira aleatória, foi mais bem avaliado que o outro, o que pode ser um indicativo da tentativa dos sujeitos evitarem experienciar uma sensação de injustiça, mantendo a crença de que as pessoas têm o que merecem.

Segundo Lerner (1977), a necessidade de acreditar em um mundo justo parte de um contrato pessoal estabelecido na infância. As crianças precisam abandonar um estado de satisfação imediata para começar a agir em longo prazo, estabelecem então um contrato pessoal, que tem como princípio fundamental o entendimento que o esforço empreendido será recompensado no futuro, ficando implícito, nesse contrato, a necessidade de acreditar em um mundo justo. Sem a aceitação dessa premissa, as crianças não abandonariam a satisfação imediata para traçar objetivos em longo prazo. Já na vida adulta, existem outros fatores que contribuem para a manutenção dessa crença, a exemplo da meritocracia em sociedades ocidentais (Alves & Correia, 2008).

A CMJ funciona então como um mecanismo psicológico adaptativo (Lerner & Miller, 1978), que permite ao indivíduo manter a sensação de controle, de invulnerabilidade pessoal e manutenção de confiança no futuro (Correia & Vala, 2003; Furnham, 2003), ao assumir que existe uma ligação entre o que as pessoas fazem e os resultados que obtém, aceitando assim que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm (Lerner, 1980).

Segundo a CMJ, portanto, o contato com uma vítima inocente gera uma ameaça ao entendimento que o mundo é um lugar justo e, conseqüentemente, responsabilizá-la pelo seu infortúnio permite restaurar a sensação de justiça. Uma série de estudos tem confirmado a relação entre a dimensão consciente (explícita) da CMJ e a responsabilização de vítimas (Hafer & Bègue, 2005 para uma revisão). Mais recentemente, essa relação tem sido encontrada também quando considerada a dimensão “não consciente” (implícita) da CMJ por meio de medidas indiretas situacionais (Aguar, Vala, Correia, & Pereira, 2008).

Mas o quanto a pessoa acredita que o mundo é um lugar justo explica apenas parte do processo de responsabilização de vítimas. Se considerarmos o resultado da pesquisa do IPEA, por exemplo, não é difícil concluirmos que fatores como estereótipos e preconceito podem interferir no processo de avaliação de uma vítima. Nesse sentido, alguns estudos têm investigado a CMJ no âmbito das relações intergrupais (Correia et al., 2012, 2007).

A presente pesquisa se insere nesse conjunto de estudos sobre a CMJ no âmbito das relações intergrupais, e teve como objetivo principal investigar a influência da categoria social da vítima na relação entre CMJ explícita\ implícita e a responsabilização de vítimas. Para alcançar esse objetivo, foram desenvolvidos quatro estudos, que serão apresentados nesta dissertação em duas partes.

A primeira parte da dissertação apresenta os dois primeiros estudos que tiveram como objetivo geral desenvolver e apresentar evidências de validade de Testes de Associação Implícita (TAI) (Greenwald, Mcghee, & Schwartz, 1998) para mensurar a CMJ. Além dessa contribuição instrumental, através do desenvolvimento das medidas, os dois estudos iniciais permitem uma contribuição teórico-conceitual ao apresentarem

evidências empíricas sobre a importância de considerar a dimensão implícita da CMJ enquanto traço disposicional.

A segunda parte da dissertação apresenta os dois últimos estudos em que investigamos o processo de responsabilização de vítimas no contexto das relações intergrupais a partir da Hipótese do Mundo Justo, sendo o objetivo principal testar o papel moderador da categoria social da vítima (endogrupo X exogrupo) na relação entre CMJ explícita\ implícita e a responsabilização de vítimas. A realização destes estudos supre uma lacuna da literatura ao comparar, em um mesmo estudo, a influência da CMJ explícita e implícita na explicação da reação a vítimas.

Os quatros estudos desenvolvidos nesta dissertação apresentam uma contribuição adicional. Considerando que variáveis culturais podem se relacionar com a CMJ (Furnham, 1993), e que tem sido escassa a produção de pesquisas no Brasil sobre o construto (Santos, Torres, & Zanini, 2011; Torres & Faria, 2008 como exceções), torna-se relevante estudos que sejam desenvolvidos com amostras brasileiras, a fim de que possam ser comparados os efeitos da CMJ encontrados em estudos internacionais com os resultados encontrados no país.

## **Parte I: O desenvolvimento de Testes de Associação Implícita para as crenças no mundo justo**

### **Medidas Diretas e Indiretas das Diferenças Individuais da CMJ**

Os primeiros estudos sobre a CMJ foram desenvolvidos a partir de um paradigma experimental (Lerner & Simmons, 1966; Lerner, 1965), dando origem a duas tradições de investigação (Hafer & Bègue, 2005). Um primeiro conjunto de investigações tem como objetivo identificar variáveis que possam aumentar ou reduzir a ameaça à CMJ. Para isso, é apresentado determinado evento aos participantes e manipulam-se variáveis que se espera interferir na ameaça à CMJ. A segunda tradição de estudos apresenta como objetivo identificar os custos e a efetividade das estratégias utilizadas pelas pessoas (como, por exemplo, a responsabilização de vítimas) para reduzir a ameaça à CMJ. Há ainda estudos que apresentam características de ambas as tradições (Lerner & Simmons, 1966).

Posteriormente, a CMJ passou a ser entendida como um traço disposicional, dando ênfase ao desenvolvimento e utilização de medidas de diferenças individuais que se propõem a mensurar diferentes facetas da CMJ (Furnham, 2003), em especial a dimensão geral da CMJ (avaliação de justiça e merecimento para os outros indivíduos) e a dimensão pessoal da CMJ (avaliação de justiça e merecimento para si mesmo) (Dalbert, 1999; Lipkus, Dalbert, & Siegler, 1996). Lipkus et al (1996) consideravam que os instrumentos disponíveis para mensurar a CMJ não permitiam uma compreensão adequada se a avaliação de justiça se referia ao próprio indivíduo, aos outros ou em geral, o que poderia ter importantes implicações conceituais e empíricas. Baseando-se em evidências da literatura de vieses atribucionais, os autores argumentam que as pessoas fazem julgamentos diferentes sobre si mesmos e sobre outros, como, por

exemplo, julgar um resultado como justo caso ele satisfaça seu próprio interesse, mas julgá-lo como injusto caso satisfaça os interesses dos outros. Desse modo, era imprescindível distinguir a CMJ global e CMJ pessoal. A distinção tem sido corroborada empiricamente, já que as dimensões tendem a se relacionar com fenômenos diferentes. Enquanto a CMJ global prediz atitudes sociais negativas, como o preconceito, a CMJ pessoal se relaciona com bem estar psicológico e altruísmo (Bègue, Charmoillaux, Cochet, Cury, & De Suremain, 2008; Dalbert, 1999).

Apesar do desenvolvimento e validação de diferentes escalas, e de suas consequentes contribuições empíricas, instrumentos de auto-relato para a CMJ são criticados. As sentenças das escalas, quando avaliadas conscientemente, são consideradas de difícil aceitação por serem contra-normativas (Lerner & Goldberg, 1999; Lerner & Miller, 1978), sofrendo influência da desejabilidade social, ao menos nos instrumentos que avaliam a dimensão global da CMJ (Testé & Perrin, 2013).

Mas é preciso lembrar que as sentenças [das escalas] da CMJ são essencialmente contra-normativas o que significa que uma concordância forte [com os itens] deve indicar uma irrealista, ingênua, fé infantil de que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm. Desse modo, é de se esperar que sejam encontrados baixos índices gerais de concordância com estes itens (Miller & Ratner, 1996 citado por Lerner, 1998, p. 263, tradução livre).

Ademais, a CMJ pode ser entendida como um fenômeno “pré-consciente” (Lerner, 2003), que não necessariamente será integralmente acessível à consciência, ou seja, as escalas só avaliam uma parcela da CMJ: a sua dimensão consciente e controlada. De acordo com Lerner (1998), a dimensão pré-consciente (ou automática) da CMJ envolve reações emocionais espontâneas diante de um episódio de vitimização em função do script de que “coisas boas acontecem a pessoas boas e coisas ruins a

peças ruins”. Embora as pessoas não tenham consciência desse script, ele influenciaria as reações às vítimas. Segundo o autor, o fato de que as pessoas não são capazes de prever as atitudes negativas de outras pessoas quando são confrontadas com uma vítima inocente (Simmons & Piliavin, 1972), é uma evidência que a CMJ pode não ser acessível à introspecção.

Considerando que a CMJ pode não ser integralmente acessada pela consciência, alguns estudos desenvolveram e utilizaram estratégias indiretas para sua mensuração, a exemplo da técnica de *priming* subliminar (Hafer, 2000; Murray, Spadafore, & McIntosh, 2005) e do *eye-tracking* (Callan, Ferguson, & Bindemann, 2013). No entanto, essas medidas não avaliavam as diferenças individuais da CMJ enquanto traço disposicional. Uma vez que não encontramos na literatura nenhuma medida com essa finalidade, os Estudos 1 e 2 têm como objetivo apresentar evidências de validade de duas medidas indiretas para mensurar as diferenças individuais da CMJ, de forma a acessar sua dimensão pré-consciente.

### **Teste de Associação Implícita**

O Teste de Associação Implícita (TAI) (Greenwald et al., 1998) tem tido destaque entre as medidas indiretas, sendo o principal instrumento de medida implícita utilizado nos últimos anos (Fazio & Olson, 2003; Nosek, Hawkins, & Frazier, 2011).

O TAI acessa a força da associação entre conceitos ao mensurar o tempo de latência e índice de acertos ao responder à tarefa. São utilizadas duas categorias (ex. branco e negro) e dois atributos (ex. positivo e negativo). A tarefa consiste na identificação de qual categoria um estímulo pertence (ex. são apresentadas fotos de pessoas brancas ou negras, e o participante deverá identificar a qual categoria a foto se refere). Presume-se que quando o desempenho do participante é melhor (mais acertos e

menor tempo de latência) quando dois conceitos estão pareados (branco + positivo e negro + negativo) isso representaria uma associação forte entre os conceitos (no caso, uma atitude positiva em relação a pessoas brancas quando comparado a pessoas negras) (ver Greenwald, Nosek, & Banaji, 2003 para maiores detalhes sobre o teste).

O TAI recebe críticas sobre sua validade como uma medida de atitude. A tarefa de associação seria influenciada por fatores como frequência de uso das palavras (ou padronização das imagens), rimas, familiaridade cultural com as categorias avaliadas, tendo assim uma elevada fonte de variância de erro. Adicionalmente, questiona-se o TAI como uma medida de atitude individual, ou se, na verdade, o seu resultado representaria uma resposta de acordo com um padrão cultural de socialização (Fiedler, Messner, & Bluemke, 2006 como uma revisão de algumas críticas ao TAI). Apesar das críticas, o TAI é a medida indireta que apresenta os melhores parâmetros psicométricos. Em uma comparação com sete outras medidas implícitas, o TAI apresentou os melhores parâmetros psicométricos quando avaliados em conjunto a consistência interna da medida, sensibilidade em detectar diferenças conhecidas entre grupos, relacionamento com outras medidas implícitas, relacionamento com medidas explícitas, sensibilidade a *outliers* (Bar-Anan & Nosek, 2012). O TAI apresenta ainda melhor poder preditivo que medidas explícitas quando são avaliados alguns tópicos sensíveis à deseabilidade social (Greenwald, Poehlman, Uhlmann, & Banaji, 2009), embora, em cenários mais deliberativos, que envolvam uma avaliação a partir de um processamento controlado da informação, medidas explícitas possam ser melhores preditores que o TAI (Asendorpf, Banse, & Mücke, 2002; Fleischhauer, Strobel, Enge, & Strobel, 2013).

Ainda que instrumentos de auto-relato permitam importantes contribuições empíricas para a compreensão dos fenômenos que se relacionam com a CMJ, uma vez aceito o entendimento da CMJ como um processo que pode escapar ao julgamento

consciente, torna-se relevante estudos que busquem desenvolver medidas indiretas para acessar as diferenças individuais da CMJ. Os Estudos 1 e 2 tiveram como objetivo principal apresentar evidências de validade sobre a utilização do TAI para mensurar as diferenças individuais da CMJ.

O Estudo 1 produziu evidências de validade de uma versão preliminar do TAI-CMJ, tendo como base a comparação com uma medida explícita. Após aperfeiçoamentos da primeira versão do instrumento, para o Estudo 2, foram desenvolvidos dois TAI's, um para a dimensão pessoal e outro para a dimensão global da CMJ. A validade dos TAI's foi novamente testada em comparação a uma medida explícita, sendo todas as medidas também submetidas a um teste de validade preditiva.

## **Estudo 1**

### **Método**

#### **Participantes**

Participaram do estudo 119 pessoas, sendo 4 casos excluídos por não terem respondido integralmente o TAI (*e.g.* Greenwald et al., 2003). Dos 115 participantes, 113 informaram o sexo, sendo 68,1% do sexo feminino e 31,9% do sexo masculino, com idades variando de 14 a 63 anos ( $M = 26,91$ ;  $DP = 8,88$ ). O nível de escolaridade variou de fundamental incompleto até o nível de mestrado, com a maior parcela da amostra concentrada em nível superior incompleto (41,7%) e superior completo (27%).

#### **Instrumentos**

Para o desenvolvimento do TAI, optou-se pela categoria alvo “merecimento”, dando ênfase à premissa teórica de que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm; e a categoria “imprevisibilidade”, uma vez que, como assumido pela teoria, a CMJ

serve como mecanismo psicológico que evita a sensação de vulnerabilidade pessoal, servindo como defesa contra a ideia de que o mundo é imprevisível e governado por eventos aleatórios. Os atributos para o TAI-CMJ foram “positivo” e “negativo”. Lane, Banaji, Greenwald e Nosek (2007) recomendam esses atributos quando o interesse do pesquisador é mensurar a preferência geral em relação a determinada categoria.

Portanto, essa versão do TAI-CMJ se refere à dimensão global da CMJ.

Para a construção do TAI-CMJ, foram utilizados estímulos semânticos. Para a definição desses estímulos, investigou-se a Escala do Mundo Justo (EMJ) (Rubin & Peplau, 1975) e a versão adaptada para o português (Gouveia, Pimentel, Coelho, Maynard, & Mendonça, 2010) da Escala Global de Crenças no Mundo Justo (EGCMJ) (Lipkus, 1991). Após a inspeção das escalas, foram escolhidos onze termos que se relacionavam com cada categoria (ver Apêndice A). Foram selecionados termos diretamente utilizados nos instrumentos, bem como sinônimos que foram encontrados em dicionários de língua portuguesa. Foi conduzido então um pré-teste, em que os participantes avaliavam em uma escala *Likert* o nível de relacionamento de cada um dos vinte e dois termos com a sua respectiva categoria alvo. Foram selecionados sete estímulos que mais se relacionavam com cada categoria (Merecimento: mérito, esforço, justiça, conquista, justo, competência e recompensa. Imprevisibilidade: incerto, inesperado, incontrolável, indeterminado, aleatório, duvidoso e fortuito). Os estímulos utilizados para os atributos (ver Apêndice A) foram selecionados a partir de uma lista de termos classificados em função de sua norma de valência para a língua portuguesa (Oliveira, Janczura, & Castilho, 2013).

Como medida explícita da CMJ, foi utilizada a versão traduzida para o português da EGCMJ (ver Apêndice B) (Gouveia et al., 2010), que no estudo de adaptação

apresentou um alfa de Cronbach de 0,71. A escala apresentou um índice de confiabilidade adequado na amostra investigada no presente estudo ( $\alpha = 0,82$ ).

### **Procedimentos**

A coleta de dados foi integralmente conduzida *online* através do *software Inquisit* versão 4.0. A divulgação do link foi feita através de redes sociais e de contatos via *e-mail*. Caso optasse por participar do estudo, o participante deveria responder ao TAI, depois a EGCMJ e por fim informar dados sociodemográficos.

### **Resultados**

Para o cálculo do escore  $D^1$ , conforme recomendações técnicas da área (Greenwald et al., 2003), foram excluídos os *trials* com tempo de latência inferior a 400 milissegundos e superior a 10.000 milissegundos.

Medidas implícitas e explícitas acessam dimensões de um construto que, embora distintas, estão relacionadas, sendo a comparação entre as medidas um dos parâmetros utilizados no desenvolvimento de medidas indiretas (Bar-Anan & Nosek, 2012). A fim de facilitar uma comparação entre os instrumentos, no presente estudo os escores do TAI e da EGCMJ foram convertidos para uma escala padronizada variando de 0 a 4. Maiores escores em ambas as medidas indicam maiores índices de CMJ. Através do TAI, foi identificada uma preferência automática pelo merecimento ( $M = 2,73$ ,  $DP = 0,39$ ). Já a medida explícita indicou que os participantes não acolhem, conscientemente, altos índices de CMJ ( $M = 1,56$ ,  $DP = 0,65$ ), sendo significativa a diferença entre os escores,  $F(1, 110) = 235,48$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2_p = 0,68$ . Para o exame do relacionamento entre as medidas, foi conduzido um teste de correlação de *Pearson*, não sendo

---

<sup>1</sup> O escore  $D$  é a forma usual de calcular o resultado do Teste de Associação Implícita. Para maiores informações sobre o desenvolvimento e cálculo do escore  $D$  ver Greenwald et al (2003)

encontrados resultados significativos,  $r = -0,13$ ,  $p = 0,159$ . Adicionalmente, foi realizada uma análise de consistência interna para o TAI, sendo identificado um alfa de Cronbach de 0,61, abaixo do que usualmente é encontrado na literatura (Nosek et al, 2007).

A fim de verificar a adequação dos estímulos utilizados para cada categoria, foram conduzidas ANOVAS comparando o tempo de latência de cada estímulo com os demais itens de sua própria categoria. Para a categoria “imprevisibilidade”, foram encontradas diferenças significativas entre os itens,  $F(6, 5193) = 4,81$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2_p = 0,006$ . Em uma análise *post-hoc* de Bonferroni verificou-se que o termo “fortuito” apresentou tempo de latência maior quando comparado com a maioria dos itens de sua categoria. Para a categoria “merecimento” não houve diferenças significativas.

## **Discussão**

O Estudo 1 teve como objetivo apresentar evidências de validade da utilização do TAI para mensurar as diferenças individuais da CMJ. Adicionalmente, buscou-se também comparar os índices de CMJ implícita e explícita, a fim de dispor de evidências da importância de considerar estas duas dimensões do construto. O padrão de resultados encontrados indica que os participantes apresentaram implicitamente uma noção de mundo justo, sem, no entanto, expressarem altos índices de CMJ na medida explícita. Esse padrão de resultados parece corroborar o entendimento da CMJ como um fenômeno “pré-consciente” e não integralmente acessível à consciência (Lerner, 2003).

Apesar dessas evidências, a versão preliminar do TAI-CMJ apresentou algumas limitações. A ausência de correlação entre as medidas implícita e explícita, como encontrado no Estudo 1, não é incomum na literatura (Nosek et al, 2007). No entanto, Fleischhauer et al (2013) chamam atenção para que a correlação apresente ao menos

uma direção positiva, já que se referem ao mesmo construto. Além disso, a consistência interna da medida ficou abaixo do padrão usual encontrado na literatura. A inspeção do tempo de latência, considerando cada estímulo em relação aos demais itens de sua categoria, indicou que o termo “fortuito” diferiu dos demais, o que pode ter contribuído com as limitações da versão preliminar.

## **Estudo 2**

Considerando os achados e as limitações do Estudo 1, o Estudo 2 buscou aprimorar a versão preliminar do TAI-CMJ. No Estudo 2, a partir da versão preliminar, foram desenvolvidos dois TAI's para a CMJ. O Estudo 2 teve como objetivo então apresentar evidências de validade das duas medidas implícitas novamente tendo como referência a EGCMJ, além de testar o poder preditivo das medidas em um cenário de reação a uma vítima. A decisão pelo desenvolvimento das duas medidas implícitas se deu pela indicação na literatura da importância de considerar a distinção entre CMJ global e CMJ pessoal (Lipkus et al., 1996). Ao considerar essa distinção, esperamos dispor de maiores evidências de validade das medidas indiretas ao comparar seus efeitos e seus relacionamentos com a medida explícita. Formulamos como hipótese que o TAI para a dimensão global da CMJ (TAI-G) apresentará uma maior correlação com a EGCMJ (medida explícita da dimensão global) quando comparado com o TAI para a dimensão pessoal CMJ (TAI-P).

## **Método**

### **Participantes**

Participaram do segundo estudo 139 pessoas, sendo que 6 casos foram excluídos seguindo o mesmo critério do Estudo 1. Dos 133 participantes, 119 responderam

integralmente a pesquisa e 118 informaram o sexo, sendo 69,5% do sexo feminino e 30,5% do sexo masculino, com idades variando de 18 a 66 anos ( $M = 28,56$ ;  $DP = 10,80$ ). O nível de escolaridade variou de fundamental incompleto até o nível de doutorado, com a maior parcela da amostra concentrada em nível superior incompleto (41,53%) e superior completo (24,58%).

### **Instrumentos**

Foram utilizados dois TAI para a CMJ adaptados da versão preliminar testada no Estudo 1. O primeiro TAI é similar à versão preliminar, exceto pela retirada do termo “fortuito”, em função do seu elevado tempo de latência, e também da retirada do termo “recompensa”. A retirada do termo “recompensa” se deu para manter o mesmo número de estímulos por categoria. O termo foi selecionado de maneira aleatória, uma vez que todos os termos da categoria “merecimento” pareceram adequados nas análises no Estudo 1. Permaneceram os atributos “positivo” e “negativo”, e presume-se que esse TAI (TAI-G) se refere à dimensão global da CMJ, por avaliar uma preferência geral do conceito de merecimento. O segundo TAI (TAI-P) utilizou os mesmos estímulos desta versão modificada, e os atributos “eu” e “não eu” (ver Apêndice A). A decisão pelos termos se deu para que o indivíduo fizesse uma avaliação do merecimento voltado para o próprio indivíduo, para seu autoconceito, o que circunscreveria esse TAI à dimensão pessoal da CMJ. A escolha pelo atributo “não eu” se deu por indicações da literatura de que essa terminologia é mais adequada que o termo “outros”, frequentemente empregado, já que uma avaliação de “outros” é demasiadamente genérica, por não haver um registro específico na memória do que são “outros” (Fleischhauer et al., 2013). Assim como no Estudo 1, utilizou-se a versão traduzida para o português da EGCMJ, que novamente apresentou um índice de confiabilidade satisfatório ( $\alpha = 0,84$ ). Para fins

de testagem da validade preditiva das medidas, utilizou-se uma versão adaptada de um cenário utilizado por Correia (2003) que apresentava uma suposta entrevista com uma pessoa contaminada pelo vírus HIV (ver Apêndice C).

Os indivíduos deveriam então avaliar itens sobre a vítima referentes à responsabilidade (“X” é responsável pela doença?; “X” é culpado pela doença?; “X” poderia ter evitado a sua doença?), merecimento da situação (“X” merece o que lhe aconteceu?) e justiça da situação (como você caracteriza a situação em que a vítima se encontra?). Todos os itens, de maneira genérica, se referem a diferentes formas de desqualificar a vítima ou a situação em que se encontra, sendo que maiores índices nos itens representam uma maior desqualificação da vítima. Todos os itens foram agrupados em um índice geral chamado “desqualificação da vítima”. A literatura aponta que a CMJ se relaciona com diferentes aspectos que envolvem desqualificação de vítimas (Hafer & Bègue, 2005 para uma revisão). Os itens agrupados apresentaram uma consistência interna satisfatória ( $\alpha = 0,78$ ).

### **Procedimentos**

O Estudo 2 foi desenvolvido e divulgado do mesmo modo que o Estudo 1. Quem optasse por participar do Estudo 2, respondeu a um primeiro TAI, depois deveria responder à medida explícita, em seguida responder ao segundo TAI e por fim avaliar o cenário e informar dados sociodemográficos. Foi utilizado um sistema de contrabalanceamento de modo que 67 participantes iniciaram respondendo o TAI que avaliou a dimensão global da CMJ, enquanto que 66 participantes iniciaram respondendo o TAI que avaliou a dimensão pessoal da CMJ. A estratégia foi utilizada de modo a evitar que o efeito de aprendizagem da tarefa enviesasse o padrão de resultados do segundo instrumento.

## Resultados

Foram utilizados os mesmos critérios do Estudo 1 para a composição do escore *D*, bem como para padronização dos escores das medidas implícitas e explícita, neste último caso apenas quando o objetivo foi comparar os escores dos instrumentos. Para as demais análises, foi utilizado o escore *D* original do TAI.

A análise de contrabalanceamento indicou que não existem diferenças significativas em relação às duas versões do TAI em função da ordem de apresentação dos mesmos,  $V = 0,05$ ,  $F(2, 116) = 2,84$ ,  $p = 0,063$ ,  $\eta^2_p = 0,05$ , indicando que não houve efeito devido a ordem de apresentação.

Após as modificações da versão preliminar do TAI, ambas as versões apresentaram bons índices de consistência interna, com um alfa de Cronbach de 0,70 para o TAI-G e de 0,73 para o TAI-P.

Assim como no Estudo 1, foram encontrados maiores índices de CMJ quando acessados por medidas indiretas (TAI-G:  $M = 2,79$ ;  $DP = 0,42$ ; TAI-P:  $M = 2,54$ ;  $DP = 0,38$ ) do que quando utilizada a medida explícita ( $M = 1,44$ ,  $DP = 0,72$ ), sendo significativas as diferenças entre as medidas quando realizada uma MANOVA utilizando o Traço de Pillai,  $V = 0,78$ ,  $F(2, 116) = 200,05$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2_p = 0,78$ . Comparações múltiplas através do Teste Bonferroni, identificaram diferenças entre todas as medidas ao nível de  $p < 0,001$ . A comparação entre os índices de CMJ implícita e explícita pode ser visualizada na Figura 1.

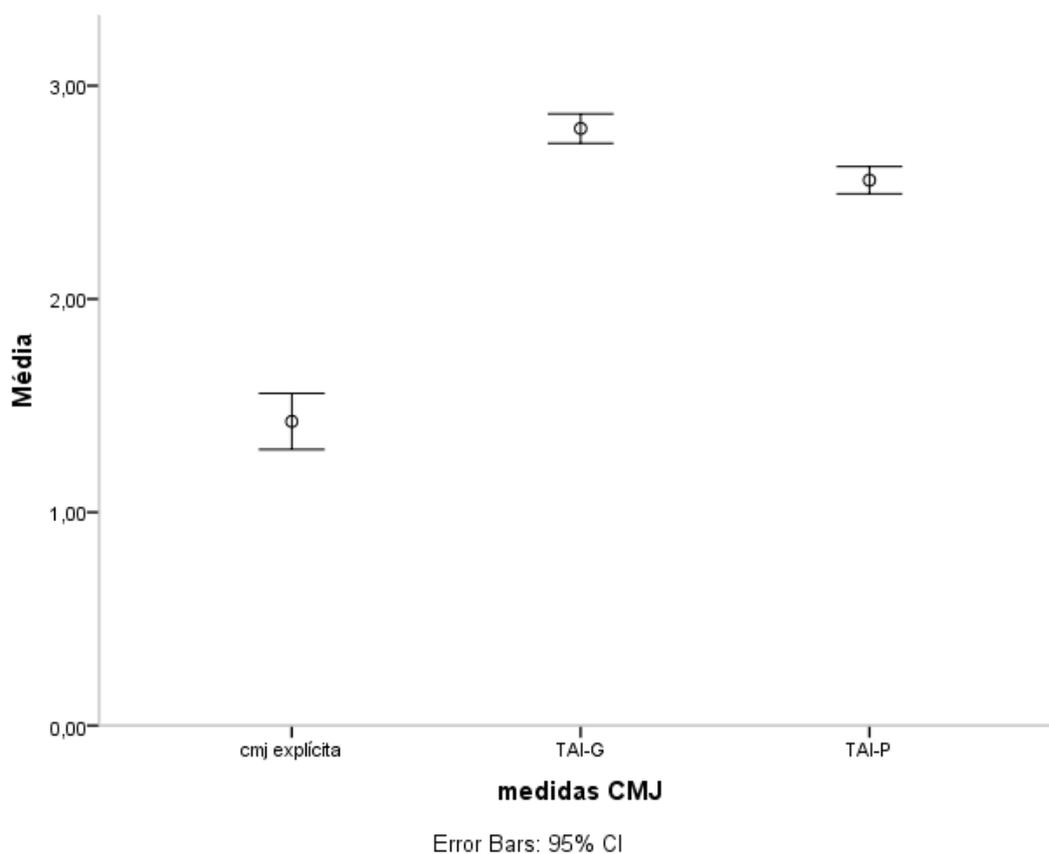


Figura 1 – Diagrama de barras de erro da diferença entre as médias das medidas explícita e implícita

A condução de um teste de correlação de *Pearson* indicou um relacionamento positivo moderado entre as medidas implícitas,  $r = 0,42$ ,  $p < 0,001$ . Já em uma comparação com a EGCMJ, apenas o TAI-G apresentou uma correlação positiva estatisticamente significativa,  $r = 0,19$ ,  $p = 0,033$ , não sendo significativa a correlação com o TAI-P,  $r = 0,10$ ,  $p = 0,266$ .

Para o teste da validade preditiva, optou-se pela condução de uma regressão sequencial. A CMJ, apenas quando acessada pela medida explícita, contribuiu com a explicação da desqualificação da vítima, como pode ser visualizado na Tabela 1. O acréscimo das medidas implícitas não contribuiu com parcela significativa da explicação da variável critério.

Tabela 1  
*Parâmetros dos modelos da regressão sequencial*

	<i>B</i>	<i>SE B</i>	<i>B</i>	<i>P</i>
Modelo 1				
EGCMJ	0,40	0,12	0,30	0,001
Modelo 2				
EGCMJ	0,38	0,12	0,29	0,002
TAI-G	0,31	0,31	0,10	0,309
TAI-P	-0,22	0,33	-0,06	0,507

Nota:  $R^2 = 0,09$  para o Modelo 1,  $\Delta R^2 = 0,01$ .

## Discussão

O Estudo 2 buscou aprimorar a versão preliminar analisada no Estudo 1 e apresentar evidências de validade do TAI para mensurar as dimensões pessoal e global da CMJ. As duas medidas implícitas apresentaram índices de consistência interna satisfatórios de acordo com o que é recomendado na literatura (Nosek et al, 2007), sendo um indicativo da adequação do TAI para mensurar as diferenças individuais da CMJ.

Assim como no Estudo 1, verificou-se no Estudo 2 que os participantes apresentaram maiores índices de CMJ quando acessados por medidas indiretas, reafirmando o entendimento teórico que a CMJ pode não ser integralmente acessível a um julgamento consciente (Lerner, 2003).

As diferenças entre as dimensões global e pessoal para a CMJ encontradas em instrumentos de auto-relato, também foram identificadas nas medidas implícitas. Os participantes apresentaram maiores índices no TAI-G do que no TAI-P, padrão diferente do que usualmente é encontrado em instrumentos de auto-relato, possivelmente em função da desejabilidade social associada às medidas explícitas que avaliam a dimensão global da CMJ (Testé & Perrin, 2013). Adicionalmente, apenas a medida implícita que avaliou a dimensão global da CMJ (TAI-G) se correlacionou positivamente com a EGCMJ (medida explícita referente à dimensão global da CMJ), sendo mais um

indicativo da importância de considerar as duas facetas da CMJ, e que efetivamente apenas o TAI-G se refere à dimensão global da CMJ.

Apenas a medida explícita, embora com baixo poder preditivo, contribuiu para explicação da desqualificação da vítima. Uma vez que o cenário avaliado envolveu um processamento controlado da informação, não é incomum que medidas explícitas apresentem um melhor poder explicativo (Asendorpf et al., 2002; Fleischhauer et al., 2013).

### **Discussão geral**

Os Estudos 1 e 2 permitem contribuições para uma melhor compreensão das diferenças individuais da CMJ. Em primeiro lugar, apresentam uma contribuição instrumental, ao apresentar evidências de validade da utilização do TAI para mensurar a CMJ, se somando a outros estudos que indicam a importância da utilização de medidas indiretas para aferir esse construto (Hafer, 2000; Murray et al., 2005). Além da contribuição instrumental, destaca-se também contribuições teórico-conceituais. Os achados corroboram o entendimento que a CMJ pode não ser totalmente acessível à consciência (Lerner, 2003), em função dos altos índices de CMJ encontrados através das medidas indiretas quando comparado à medida explícita. Outro elemento de contribuição teórico-conceitual refere-se ao achado que as dimensões global e pessoal da CMJ parecem se manter mesmo quando avaliadas de maneira indireta. Esse resultado indica a importância que se desenvolva um novo conjunto de investigações que comparem as predições das dimensões global e pessoal da CMJ também quando avaliadas de maneira indireta.

Apesar dos parâmetros psicométricos satisfatórios, é preciso que a medida seja adaptada a outras culturas para dispor de evidências da validade do TAI como medida

para a dimensão não consciente da CMJ. No caso de medidas explícitas, em uma comparação entre doze países, foram encontradas diferenças no grau de aceitação de uma visão de mundo justo em função de fatores culturais, a exemplo da correlação positiva com a distância do poder (Furnham, 1993). É preciso, portanto, estabelecer comparações culturais semelhantes também para a medida indireta.

## **Parte II: A influência da categoria social da vítima na relação entre CMJ explícita e implícita e a responsabilização de vítimas**

Os Estudos 1 e 2 apresentaram evidências de validade de medidas indiretas de CMJ implícita enquanto traço disposicional, e conseqüentemente da necessidade que sejam desenvolvidos novos estudos sobre a CMJ que avaliem essa dimensão.

Para o desenvolvimento desses novos estudos, optamos por investigar a CMJ no contexto das relações intergrupais. Há evidências que a categoria social da vítima influencia a relação entre CMJ e reação a vítimas (Correia et al., 2012, 2007).

É preciso ressaltar, que, embora a pesquisa avalie a influência da CMJ no âmbito das relações intergrupais, não lançamos mão de teorias específicas sobre grupos. Seguindo a maneira usual como a CMJ é investigada no contexto de grupos, manipulamos a categoria social da vítima para testar o efeito causado na relação entre CMJ e reação a vítimas. Formulamos uma hipótese de moderação, que até onde encontramos na literatura, não havia sido ainda sistematicamente testada: a categoria social da vítima modera a relação entre a CMJ e a responsabilização de vítimas. Essa racional teórica, que fundamenta os Estudos 3 e 4, é descrita a seguir.

### **Crenças no mundo justo e características das vítimas**

A despeito das evidências da relação entre CMJ e a responsabilização de vítimas (Hafer & Bègue, 2005 para uma revisão), não é qualquer situação de vitimização que gera uma ameaça à manutenção da CMJ.

Diferentes vítimas oferecem diferentes ameaças à CMJ dos indivíduos. Imagine duas situações em que pessoas foram contaminadas pelo vírus HIV. No primeiro caso, a vítima tinha um parceiro fixo que não sabia estar contaminado, e mantinha relações sexuais com preservativo. Desafortunadamente o preservativo se rompeu, e a vítima foi

contaminada. No segundo caso, a vítima voluntariamente participa de uma festa que tem sido apelidada de “roleta-russa”, em que pessoas são convidadas a um evento (onde muitas vezes o uso do preservativo é proibido) para terem relações sexuais umas com as outras e sabem que um dos convidados é portador do vírus HIV. Os participantes costumam buscar essas festas, pois a adrenalina causada pelo risco da infecção aumentaria a excitação sexual. Qual das duas situações, em que a pessoa foi contaminada, causaria uma maior ameaça à CMJ? Segundo a Hipótese do Mundo Justo, seria a primeira situação. Neste caso, o fato da vítima ser completamente inocente é que gera uma ameaça à crença de que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm.

Outro fator que contribui com a ameaça a CMJ é que o sofrimento da vítima persista. Se a situação de vitimização for duradoura, tende a causar uma maior ameaça à CMJ do que se for uma situação breve e de rápida resolutividade (Correia & Vala, 2003; Lerner & Simmons, 1966).

Uma vítima inocente, cujo sofrimento persiste, parece ser então o tipo mais ameaçador à manutenção da CMJ. Por outro lado, usualmente as pessoas estão interessadas no que ocorre em “seu próprio mundo”, de modo que o confronto com vítimas de outros contextos e grupos parece ser menos ameaçador (Lerner & Miller, 1978).

[As pessoas] estão principalmente interessadas com o que ocorre em seu próprio mundo (...). Testemunhar e admitir injustiças, em outros contextos, não é muito ameaçador porque esses eventos têm pouca relevância para seus próprios destinos. À medida que os eventos se aproximam de seu próprio mundo, porém, o interesse com as injustiças aumenta muito, assim como a necessidade de explicar ou dar sentido a esses eventos (Lerner & Miller, 1978, p.1031, tradução livre).

Estudos têm confirmado essa hipótese tanto através de medidas indiretas situacionais (Aguiar et al., 2008; Correia et al., 2007), como através de medidas explícitas (Correia et al., 2012).

Embora uma vítima do endogrupo seja mais ameaçadora à CMJ, isso não implica em uma maior desqualificação e culpabilização da vítima do endogrupo quando comparada a vítimas do exogrupo, prevalecendo um favoritismo endogrupal (Aguiar et al., 2008; Anderson, 1992; Correia et al., 2007; Kleinke & Meyer, 1990). O confronto com vítimas do exogrupo, sobretudo quando avaliados membros de grupos alvo de preconceito e estereótipos, parece oferecer menos risco à manutenção da CMJ devido à utilização de mecanismos justificadores (Jost & Banaji, 1994).

### **Estudo 3**

Embora a influência da categoria social da vítima na relação entre CMJ e reação a vítimas tenha sido testada por meio de medidas direta e indireta, não encontramos na literatura estudos que testem essa relação quando mensurada a CMJ simultaneamente pelas duas estratégias de medida. A mensuração, em um mesmo estudo, das dimensões explícita e implícita traz a vantagem de permitir a comparação do efeito dessas variáveis na explicação da reação a vítimas. Adicionalmente, essa relação ainda não foi testada quando mensurada a CMJ através de medida indireta disposicional. Desse modo, o Estudo 3 teve como objetivo testar o papel moderador da categoria social da vítima (endogrupo X exogrupo) na relação entre CMJ explícita\ implícita e a responsabilização de vítimas. A hipótese é que, embora membros do exogrupo sejam mais responsabilizados que membros do endogrupo, apenas quando avaliados membros do endogrupo a CMJ exercerá influência na responsabilização da vítima, já que apenas vítimas do endogrupo tendem a gerar uma ameaça à CMJ.

## **Método**

### **Participantes**

Participaram do estudo 104 estudantes universitários, sendo dois casos excluídos por não terem respondido integralmente à pesquisa. Dos 102 participantes, 51,00% eram do sexo masculino e 49,00% do sexo feminino, com idades variando de 16 a 34 anos ( $M = 20,45$ ;  $DP = 3,18$ ).

### **Instrumentos**

Para avaliação da CMJ explícita, utilizou-se a versão traduzida para o português da Escala Global de Crenças no Mundo Justo (EGCMJ) (Gouveia et al., 2010) ( $\alpha = 0,77$ ). A dimensão implícita da CMJ foi mensurada através do TAI para dimensão global da CMJ ( $\alpha = 0,70$ ).

Para avaliar a responsabilização da vítima, foram utilizados três itens (“X” é responsável pela situação em que se encontra?; “X” é culpado pela situação em que se encontra?; “X” poderia ter evitado o ocorrido?) que agrupados apresentaram consistência interna satisfatória ( $\alpha = 0,80$ ).

O cenário avaliado pelos participantes era apresentado como uma suposta reportagem que relatava o caso de uma vítima de bala perdida que se encontrava em estado grave de saúde necessitando realizar uma cirurgia, apresentando assim as características da vítima que mais ameaçam a manutenção da CMJ: uma vítima inocente cujo sofrimento persiste (Correia & Vala, 2003; Lerner & Simmons, 1966). Para a manipulação da categoria social da vítima, na condição de endogrupo a vítima era apresentada como estudante universitário, já na condição de exogrupo era apresentada como usuário de crack (ver Apêndice D).

Para garantir a composição do usuário de crack como exogrupo, ao final do estudo havia uma checagem de manipulação experimental em que o participante deveria responder se era usuário de substâncias psicoativas e qual substância utilizava. Os participantes que informassem ser usuário de crack seriam excluídos da amostra.

### **Procedimentos**

Estudantes foram abordados no campus de uma universidade e convidados a participar voluntariamente da pesquisa. Os participantes respondiam inicialmente ao TAI e à medida explícita da CMJ. Em seguida, eram alocados aleatoriamente na condição de endogrupo ou exogrupo para avaliação do cenário. Respondiam sobre o grau de responsabilidade da vítima, ao item de checagem de manipulação e, por fim, informavam dados sócio demográficos. Após a conclusão do estudo, os participantes recebiam o *debriefing*. Toda a coleta foi feita em laboratório em sessões com até quatro participantes<sup>2</sup>. Cada participante deveria responder individualmente aos instrumentos em um computador. A pesquisa foi desenvolvida no software Inquisit versão 4.0.

### **Resultados**

Apenas cinco participantes informaram consumir algum tipo de substância ilícita, sendo que ninguém relatou ser usuário de crack, garantindo assim a composição do usuário de crack como membro do exogrupo, não sendo necessário excluir nenhum caso. O critério de exclusão apenas dos participantes usuários de crack, e não dos usuários de demais tipos de drogas, se justifica porque no Brasil o usuário de crack configura-se como um grupo alvo de estereótipos e preconceito que não necessariamente se aplicam aos usuários de outras drogas. Ainda assim, as análises

---

<sup>2</sup> Optamos nos Estudos 3 e 4 pela coleta em laboratório para que todos os participantes fossem estudantes universitários garantindo assim a composição do endogrupo.

relatadas a seguir foram conduzidas, em um primeiro momento, com a exclusão dos participantes usuários de outras drogas, apresentando resultados similares.

### **Efeitos diretos da categoria social e da CMJ na responsabilização**

A fim de testar o efeito direto da manipulação experimental na responsabilização da vítima, foi conduzida uma ANOVA em que se verificou que membros do exogrupo ( $M = 2,73$ ;  $DP = 1,50$ ) foram mais responsabilizados que membros do endogrupo ( $M = 1,89$ ,  $DP = 1,21$ ),  $F(1, 100) = 9,50$ ,  $p = 0,003$ ,  $\eta^2 p = 0,09$ .

O efeito direto da CMJ na responsabilização foi testado através de regressões lineares. Não foram encontrados resultados significativos tanto para a dimensão explícita,  $\beta = 0,17$ ,  $t(101) = 1,73$ ,  $p = 0,087$ , como para dimensão implícita,  $\beta = 0,13$ ,  $t(101) = 1,28$ ,  $p = 0,203$ .

### **Moderação da categoria social da vítima na relação entre CMJ e responsabilização**

Sobre o teste de moderação, para a CMJ explícita, verifica-se que apenas na avaliação de um membro do endogrupo a CMJ prediz a responsabilização,  $\beta = 0,52$ ,  $t(101) = 2,50$ ,  $p = 0,014$ , não sendo significativo o efeito quando avaliado um membro do exogrupo,  $\beta = 0,01$ ,  $t(101) = 0,05$ ,  $p = 0,963$ , caracterizando uma moderação. Para a dimensão implícita, não foi encontrado nenhum efeito na avaliação da vítima.

### **Discussão**

O Estudo 3 investigou o papel moderador da categoria social da vítima na relação entre CMJ explícita\implícita e a responsabilização de vítimas. A hipótese

afirmava que, embora membros do exogrupo fossem mais responsabilizados, apenas quando avaliados membros do endogrupo a CMJ exerceria uma influência na responsabilização da vítima. Como esperado, o membro do exogrupo foi mais responsabilizado que o membro do endogrupo, confirmando o entendimento de um favoritismo endogrupal encontrado em estudos anteriores sobre a responsabilização de vítimas (Aguiar et al., 2008; Anderson, 1992; Correia et al., 2007; Kleinke & Meyer, 1990). A atribuição de responsabilidade para uma vítima do exogrupo, sobretudo para membros de grupos alvo de preconceitos e estereótipos, representa uma forma de manutenção do status quo através de mecanismos justificadores (Jost & Banaji, 1994). Em última instância, esse raciocínio se coaduna com a Hipótese do Mundo Justo, ao assumir que coisas boas acontecem a pessoas boas e coisas ruins acontecem a pessoas ruins (Lerner, 1998). Desse modo, vítimas de grupos alvo de estereótipos e preconceito, como é o caso do usuário de crack no Brasil, tendem a ser mais responsabilizadas quando comparados a vítimas do endogrupo.

Sobre a influência da CMJ, a hipótese foi corroborada para a dimensão explícita. A CMJ explícita influenciou a responsabilização apenas de vítimas do endogrupo, confirmando o entendimento que as pessoas estão interessadas no que ocorre “em seu próprio mundo”, e que vítimas de outros contextos e grupos não são tão ameaçadoras à manutenção da CMJ (Lerner & Miller, 1978). Esse resultado pode ser interpretado como consequência de perceber membros do exogrupo como fora das fronteiras da justiça (Opatow, 1990). Desse modo, situações de injustiça com esses grupos não tendem a ameaçar a CMJ dos indivíduos.

O Estudo 3 apresentou algumas limitações. O efeito da CMJ se limitou à dimensão explícita, não tendo sido encontrado qualquer efeito da dimensão implícita. É possível que esse resultado tenha sido influenciado pelo tipo de cenário avaliado, como

discutido no Estudo 2. Foi utilizado um cenário deliberativo, em que os participantes dispunham de amplos recursos cognitivos. Nessas situações, as medidas explícitas costumam ser melhores preditores que as medidas implícitas (Asendorpf et al., 2002; Fleischhauer et al., 2013). Esse entendimento, somado aos resultados do Estudo 3, apontou para a necessidade de testar as hipóteses também em cenários menos deliberativos, o que foi um dos motivadores do Estudo 4.

#### **Estudo 4**

Considerando os achados do Estudo 3, e o entendimento que em cenários deliberativos medidas explícitas costumam ser melhores preditores que medidas implícitas, o Estudo 4 teve como objetivo testar o papel moderador da categoria social da vítima na relação entre CMJ e responsabilização em cenários distintos: baixa e alta sobrecarga cognitiva. Com a manipulação dessa variável, pretendeu-se criar cenários menos deliberativos. O Estudo 4 tem, então, um desenho experimental entre participantes: 2 (categoria social da vítima: endogrupo e exogrupo) X 2 (cenário: baixa sobrecarga e alta sobrecarga). Permanecem as hipóteses do Estudo 3: embora membros do exogrupo sejam mais responsabilizados que membros do endogrupo, a CMJ irá prever a responsabilização apenas para os membros do endogrupo. Adicionalmente, supõe-se que na condição de alta sobrecarga irá prevalecer o efeito da dimensão implícita da CMJ enquanto que na condição de baixa sobrecarga irá prevalecer o efeito da dimensão explícita da CMJ.

## **Método**

### **Participantes**

Participaram do estudo 115 estudantes universitários, no entanto, cinco casos foram excluídos por não terem completado o procedimento. Dos 110 casos válidos, foram 56,4% do sexo feminino e 43,6% do sexo masculino com idades variando de 18 a 55 anos ( $M = 24,01$ ;  $DP = 6,29$ ).

### **Instrumentos**

Assim como no Estudo 3, utilizou-se a versão traduzida para o português da EGCMJ para mensurar a CMJ explícita ( $\alpha = 0,85$ ), o TAI para a CMJ implícita ( $\alpha = 0,58$ ) e os mesmo três itens para avaliar a responsabilização da vítima ( $\alpha = 0,84$ ).

O cenário para o Estudo 4, assim como no Estudo 3, era apresentado como uma suposta notícia de jornal que relatava o caso de uma vítima de bala perdida que encontrava-se em estado grave de saúde e necessitava realizar uma cirurgia. No entanto, para facilitar a manipulação de sobrecarga, o cenário foi estendido sendo apresentado em 11 vinhetas (ver Apêndice E e Apêndice F). Para o estabelecimento da sobrecarga, restringiu-se o tempo de leitura do cenário. O participante, na condição de sobrecarga alta, dispunha de 7 segundos para ler cada vinheta. Para a condição de baixa sobrecarga, o tempo de leitura era livre. Essa manipulação foi baseada em estudos anteriores (Knippenberg, Dijksterhuis, & Vermeulen, 1999) e parte do conceito de sobrecarga como restrição de recursos cognitivos para processar determinada quantidade de informação (Dijksterhuis & Knippenberg, 1995) devido à restrição da capacidade de memória de trabalho (Schmeichel & Hofmann, 2012). Desse modo, uma das maneiras de gerar a sobrecarga cognitiva é reduzir o tempo que o participante dispõe para processar a informação.

Do total de 11 vinhetas, as quatro primeiras serviam para ativar a categoria social da vítima, bem como apresenta-la como uma vítima inocente cujo sofrimento persiste. As demais vinhetas apresentavam informações neutras ou detalhamentos das quatro vinhetas iniciais. A quantidade de palavras por vinheta variou de 34 a 36. No entanto, para as quatro primeiras vinhetas, optou-se por um número menor de palavras (de 17 a 27 palavras) para uma garantir uma maior probabilidade de que as informações sobre a categoria social da vítima, sua inocência e gravidade da situação fossem processadas de maneira mais deliberada mesmo na condição de sobrecarga alta. Essa decisão foi tomada para possibilitar uma maior efetividade da manipulação experimental e da ativação das características da vítima que são mais ameaçadoras para a CMJ. A decisão pela quantidade de vinhetas, o tempo de leitura e o número de palavras por vinheta foi tomada com base em estudos anteriores (Knippenberg et al., 1999) e na realização de pré-testes.

Para a checagem da manipulação da sobrecarga, o participante deveria responder a um item sobre a pressão do tempo ao ler a notícia (“Você se sentiu pressionado pelo tempo ao ler a reportagem?”) que variava de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).

### **Procedimentos**

Assim como no Estudo 3, os participantes foram estudantes universitários abordados no campus da universidade. Inicialmente respondiam ao TAI-CMJ e à medida explícita. Em seguida, deveriam ler ao cenário, responder à checagem da manipulação de sobrecarga, aos itens de responsabilização e informar dados sócio demográficos. A coleta foi realizada em laboratório em sessões com até quatro

participantes. Cada participante deveria responder individualmente aos instrumentos em um computador. A pesquisa foi desenvolvida no software Inquisit versão 4.0.

## **Resultados**

### **Checagem de manipulação experimental**

Do total de participantes, oito afirmaram consumir algum tipo de substância ilícita, sendo que nenhum relatou ser usuário de crack, permitindo assim considerar a categoria de usuário de crack como exogrupo. Assim como no Estudo 3, as análises foram conduzidas, em um primeiro momento, excluindo os participantes usuários de outras drogas e novamente foram encontrados resultados similares.

Sobre a manipulação da sobrecarga, através da ANOVA, verificou-se que os participantes na condição de sobrecarga alta sentiram-se mais pressionados pelo tempo ( $M = 7,39$ ;  $DP = 2,60$ ) do que os participantes na condição de sobrecarga baixa ( $M = 5,04$ ;  $DP = 2,41$ ),  $F(1, 108) = 24,29$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2p = 0,18$ , o que indica que a manipulação de tempo gerou sobrecarga cognitiva.

### **Efeitos diretos da manipulação experimental e da CMJ na responsabilização**

Assim como no Estudo 3, membros do exogrupo ( $M = 2,62$ ;  $DP = 1,50$ ) foram mais responsabilizados que membros do endogrupo ( $M = 1,80$ ,  $DP = 0,87$ ),  $F(1, 108) = 12,49$ ,  $p = 0,001$ ,  $\eta^2p = 0,10$ . Esse efeito foi independente da sobrecarga cognitiva como pode ser visualizado na Figura 2.

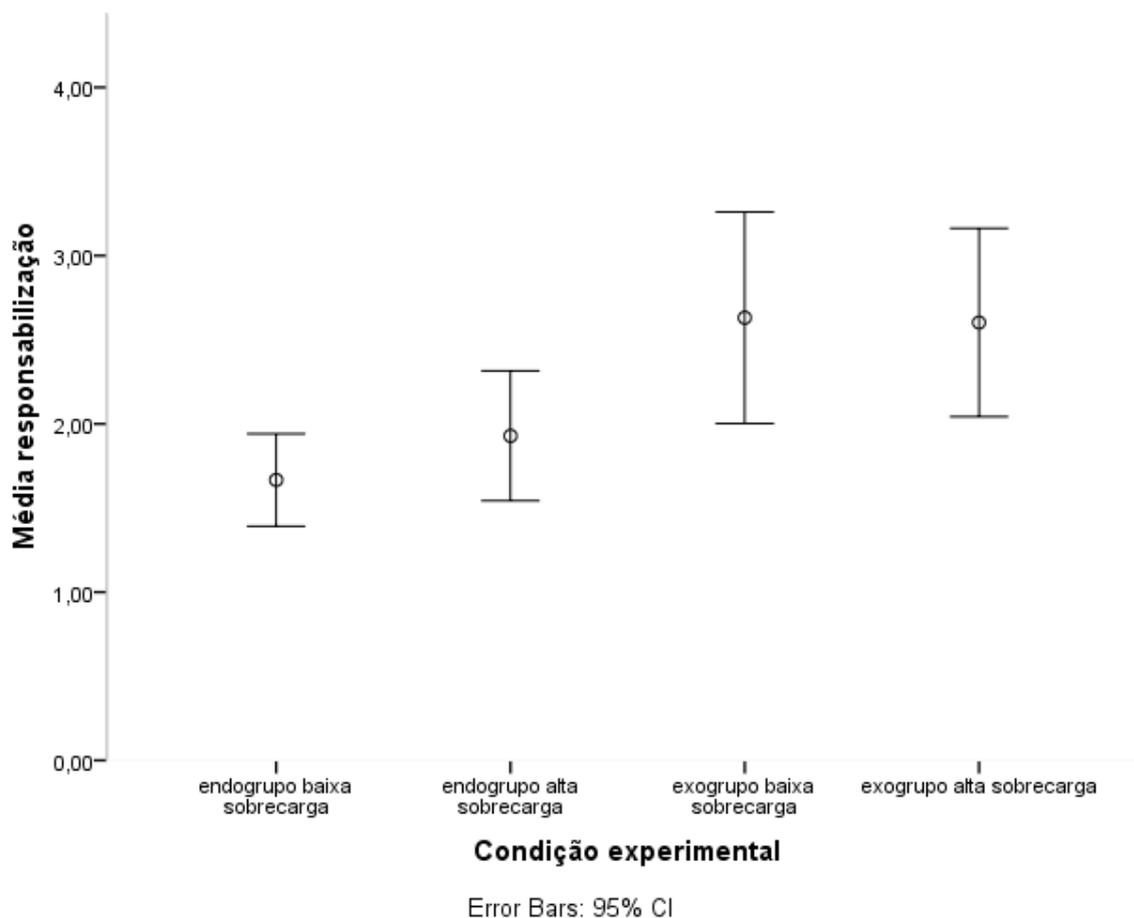


Figura 2 – Diagrama de barras de erro da responsabilização da vítima em cada condição experimental

Em relação ao efeito da CMJ, por meio de regressões lineares, verificou-se que a CMJ explícita explicou 6,5% da variância da responsabilização,  $\beta = 0,26$ ,  $t(109) = 2,74$ ,  $p = 0,007$ . No entanto, a CMJ implícita não contribuiu significativamente com a explicação direta da responsabilização,  $\beta = 0,10$ ,  $t(109) = 1,09$ ,  $p = 0,279$ . A manipulação da sobrecarga não influenciou a responsabilização da vítima,  $F(1, 108) = 0,18$ ,  $p = 0,67$ .

### **Teste de moderação da categoria social da vítima na relação entre CMJ e responsabilização nas condições de presença e ausência de sobrecarga**

Testando o papel moderador da categoria social da vítima na relação entre CMJ e responsabilização, considerando apenas a condição de sobrecarga baixa, encontra-se um efeito de moderação com a CMJ explícita explicando a responsabilização apenas quando avaliados membros do endogrupo,  $\beta = 1,16$ ,  $t(54) = 4,78$ ,  $p < 0,001$ , não sendo significativo o efeito quando avaliados membros do exogrupo,  $\beta = 0,04$ ,  $t(54) = 0,19$ ,  $p = 0,854$ . Quando avaliada a condição de sobrecarga alta, não é mais encontrada uma moderação. A CMJ explícita, nessa condição, não exerceu influência nem para o endogrupo,  $\beta = 0,42$ ,  $t(53) = 1,41$ ,  $p = 0,165$ , nem para o exogrupo,  $\beta = 0,24$ ,  $t(53) = 1,01$ ,  $p = 0,316$ .

Para a CMJ implícita, na condição de baixa sobrecarga, encontra-se um efeito de moderação, com a CMJ implícita explicando a responsabilização do endogrupo,  $\beta = 1,48$ ,  $t(55) = 2,11$ ,  $p = 0,040$ , não sendo significativo o efeito para o exogrupo,  $\beta = 0,38$ ,  $t(55) = 0,61$ ,  $p = 0,547$ . Já na condição de sobrecarga alta, não foi encontrado uma moderação. Para essa condição, a CMJ implícita não influenciou a responsabilização do endogrupo,  $\beta = 0,32$ ,  $t(53) = 0,39$ ,  $p = 0,702$ , nem do exogrupo,  $\beta = 0,01$ ,  $t(53) = 0,01$ ,  $p = 0,991$ .

### **Discussão**

O Estudo 4 testou a hipótese de moderação da categoria social da vítima na relação entre CMJ explícita\ implícita e a responsabilização de vítimas em cenários distintos: sobrecarga cognitiva baixa e alta.

Assim como no Estudo 3, a hipótese que vítimas do exogrupo seriam mais responsabilizadas que vítimas do endogrupo foi corroborada. Os achados do Estudo 4

tendem a reafirmar o entendimento de um favoritismo endogrupal encontrado em outros estudos sobre a responsabilização de vítimas.

Sobre a CMJ explícita, foi corroborada a hipótese de moderação da categoria social da vítima na explicação da responsabilização de vítimas. A CMJ explícita contribuiu com a explicação da responsabilização de vítimas apenas do endogrupo, confirmando o entendimento que vítimas do endogrupo são mais ameaçadoras para a manutenção da CMJ que vítimas do exogrupo (Lerner & Miller, 1978). O efeito foi encontrado apenas em um cenário mais deliberativo, em que os participantes dispunham de mais recursos cognitivos para avaliar o cenário. Na situação de sobrecarga cognitiva alta (cenário menos deliberativo) não foi encontrado um efeito direto da CMJ explícita e nem a interação entre CMJ e categoria social da vítima. Considerando que medidas explícitas tendem a apresentar melhor poder explicativo quando o cenário avaliado permite a utilização de mais recursos cognitivos (Asendorpf et al., 2002; Fleischhauer et al., 2013), era esperado que o efeito da CMJ explícita se limitasse ao cenário mais deliberativo.

Para a CMJ implícita, a hipótese foi parcialmente corroborada. A CMJ implícita explicou a responsabilização da vítima do endogrupo, mas não a do exogrupo. Esse achado reafirma a importância de considerar a categoria social da vítima nas investigações sobre a CMJ, inclusive quando acessada através de medidas indireta (Aguiar et al., 2008; Correia et al., 2007). Destaca-se que o efeito encontrado da CMJ implícita na responsabilização do membro do endogrupo foi superior ao efeito encontrado para a CMJ explícita, o que indica a importância de estudos que investiguem a dimensão não consciente da CMJ.

O efeito encontrado para a CMJ implícita, no entanto, se limitou ao cenário com baixa sobrecarga cognitiva, diferente da hipótese formulada. Esperava-se que a

manipulação da sobrecarga cognitiva, através da restrição do tempo para a leitura do cenário, gerasse um cenário menos deliberativo, por restringir a capacidade de memória de trabalho, o que facilitaria a expressão do efeito da CMJ implícita e consequentemente sua interação com a categoria social da vítima na explicação da responsabilização. No entanto, não houve efeito na condição de sobrecarga alta e sim na condição de baixa sobrecarga. Uma primeira explicação alternativa é que, embora tenham sido realizados pré-testes, o tempo utilizado para gerar a sobrecarga tenha sido demasiadamente alto e os participantes não tenham conseguido processar as informações do cenário. Uma segunda explicação envolve diferenças individuais na capacidade de memória de trabalho (Schmeichel & Hofmann, 2012) entre os participantes dos grupos experimentais. É possível que os participantes na condição de sobrecarga alta tivessem maior capacidade de memória de trabalho enquanto que os participantes na condição de sobrecarga baixa uma menor capacidade. Em estudos anteriores (Goldinger, Kleider, Azuma, & Beike, 2003), verificou-se que a sobrecarga gerou um efeito apenas para os participantes com baixa capacidade de memória de trabalho. Para estes participantes, com a apresentação da sobrecarga, prevalecia um processamento automático. É possível então que, no presente estudo, participantes na condição de sobrecarga alta tenham capacidade de memória de trabalho alta e a sobrecarga não tenha sido suficiente para favorecer um processamento automático, o que não contribuiu para um efeito significativo da CMJ implícita.

Mas o que levou a um resultado significativo na condição de baixa sobrecarga? Há evidências que fatores estressores prejudicam a capacidade de memória de trabalho (Klein & Boals, 2001), como, por exemplo, em situações de ameaça (Schmader & Johns, 2003). Nessas situações, os indivíduos tendem a direcionar recursos cognitivos para suprimir pensamentos e sentimentos negativos não desejados e, consequentemente,

tendem a se ocupar menos com tarefas que estejam realizando (Schmader & Johns, 2003). Considerando que situações de vitimização geram uma ameaça à CMJ, o cenário apresentado pode ter afetado a capacidade de memória de trabalho dos participantes, o que levou a um efeito significativo da CMJ implícita no cenário com baixa sobrecarga. No Estudo 3, em um cenário breve, não houve efeito da dimensão implícita. Já no Estudo 4, em um cenário com um conjunto maior de informações, demandando maior atenção para processar a informação, a apresentação da ameaça por si só pode ter gerado a diminuição de recursos cognitivos disponíveis, o que permitiu um efeito da dimensão implícita da CMJ. O fato da CMJ implícita ter apresentado maior potencial explicativo que a CMJ explícita nessa condição experimental contribui com essa interpretação.

### **Discussão geral**

Os Estudos 3 e 4 tiveram como objetivo testar o papel moderador da categoria social da vítima na relação entre CMJ explícita\ implícita e a responsabilização de vítimas. Verificou-se que nas situações em que a CMJ explícita e implícita explicaram a responsabilização, o efeito se restringiu à avaliação de membros do endogrupo. Os achados destes estudos corroboram a hipótese que vítimas do endogrupo são mais ameaçadoras para a CMJ dos indivíduos e reafirmam, portanto, a importância de considerar a categoria social da vítima para um entendimento adequado da Hipótese do Mundo Justo. Esse efeito restrito a membros do endogrupo pode ser interpretado pelo entendimento que membros de grupos alvo de estereótipos e preconceito podem ser percebidos como fora do escopo da justiça (Opatow, 1990). Desse modo, injustiças que ocorrem com esses membros não ameaçam a CMJ dos indivíduos.

Destaca-se que não encontramos na literatura outros estudos que tenham testado o efeito da CMJ na responsabilização de vítimas do endogrupo e exogrupo quando acessada simultaneamente por medidas disposicionais direta e indireta. Os Estudos 3 e 4 permitiram a comparação dos efeitos das duas dimensões da CMJ. Recomenda-se que novos estudos testem sob quais condições cada uma das dimensões exerce influência na responsabilização de vítimas. É preciso esclarecer, por exemplo, porque a dimensão implícita apresentou efeito apenas na condição de baixa sobrecarga. Apresentamos como explicação um possível erro de manipulação da sobrecarga e uma hipótese post-hoc que devem ser submetidos ao teste em outros experimentos para uma melhor compreensão do fenômeno.

### **Considerações finais e direcionamentos futuros**

A presente dissertação foi composta por duas partes. Na primeira destas, desenvolvemos e apresentamos evidências de validade de Testes de Associação Implícita para a CMJ. O desenvolvimento dos TAI's permite avaliar a dimensão implícita da CMJ enquanto traço disposicional, o que abre a possibilidade de um conjunto amplo de investigações. Dando início a essas investigações que avaliam a CMJ implícita enquanto traço disposicional, desenvolvemos os estudos relatados na segunda parte da dissertação. Testamos hipóteses, com a dimensão implícita da CMJ, que haviam sido corroboradas para a dimensão explícita em estudos anteriores. Somado a isso, pudemos comparar o poder explicativo das medidas direta e indireta da dimensão geral da CMJ. Alguns passos, além dos que já foram discutidos ao longo da dissertação, devem ainda ser dados para uma melhor compreensão dos processos implícitos da CMJ.

É necessário adaptar para o contexto brasileiro a medida explícita que avalia a dimensão pessoal da CMJ. A ausência desta medida limitou as conclusões sobre a

validade do TAI para a dimensão pessoal. Com a adaptação desta medida, será possível comparar o poder preditivo de medidas direta e indireta para a dimensão pessoal assim como foi feito, na segunda parte desta dissertação, para a dimensão geral da CMJ.

Adicionalmente, considerando que as dimensões geral e pessoal da CMJ tendem a se relacionar com fenômenos distintos (ao menos quando avaliadas através de medidas diretas) (Bègue & Bastounis, 2003), podemos desenvolver novos estudos compondo índices mistos (CMJ explícita e implícita) para as dimensões geral e pessoal e comparar seu potencial explicativo para diferentes variáveis. Essa investigação permitiria uma compreensão mais completa sobre o potencial preditivo da CMJ pessoal e geral por considerar, em um mesmo índice, as suas dimensões explícita e implícita.

## Referências

- Aguiar, P., Vala, J., Correia, I., & Pereira, C. (2008). Justice in Our World and in that of Others: Belief in a Just World and Reactions to Victims. *Social Justice Research, 21*(1), 50–68. doi:10.1007/s11211-007-0059-3
- Alves, H., & Correia, I. (2008). On the Normativity of Expressing the Belief in a Just World: Empirical Evidence. *Social Justice Research, 21*(1), 106–118. doi:10.1007/s11211-007-0060-x
- Anderson, V. N. (1992). For whom is this world just?: sexual orientation and AIDS. *Journal of Applied Social Psychology, 22*(3), 248–259.
- Asendorpf, J. B., Banse, R., & Mücke, D. (2002). Double dissociation between implicit and explicit personality self-concept: The case of shy behavior. *Journal of Personality and Social Psychology, 83*(2), 380–393. doi:10.1037//0022-3514.83.2.380
- Bar-Anan, Y., & Nosek, B. a. (2012). A Comparative Investigation of Seven Implicit Measures of Social Cognition. *SSRN Electronic Journal, 1*–60. doi:10.2139/ssrn.2074556
- Bègue, L., & Bastounis, M. (2003). Two spheres of belief in justice: extensive support for the bidimensional model of belief in a just world. *Journal of Personality, 71*(3), 435–63. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12762422>
- Bègue, L., Charmoillaux, M., Cochet, J., Cury, C., & De Suremain, F. (2008). Altruistic behavior and the bidimensional just world belief. *The American Journal of Psychology, 121*(1), 47–56. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18437801>
- Callan, M. J., Ferguson, H. J., & Bindemann, M. (2013). Eye movements to audiovisual scenes reveal expectations of a just world. *Journal of Experimental Psychology. General, 142*(1), 34–40. doi:10.1037/a0028261
- Correia, I. F. (2003). *Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: Crença no Mundo Justo, inocência da vítima e vitimização secundária*. Lisboa: Dinalivro
- Correia, I., Alves, H., Sutton, R., Ramos, M., Gouveia-Pereira, M., & Vala, J. (2012). When do people derogate or psychologically distance themselves from victims? Belief in a just world and ingroup identification. *Personality and Individual Differences, 53*(6), 747–752. doi:10.1016/j.paid.2012.05.032

- Correia, I., & Vala, J. (2003). When will a victim be secondarily victimized? The effect of observer's belief in a just world, victim's innocence and persistence of suffering. *Social Justice Research*, 16, 379–400. doi: 10.1023/A:1026313716185
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2007). Victim's innocence, social categorization, and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43(1), 31–38. doi:10.1016/j.jesp.2005.12.010
- Dalbert, C. (1999). The world is more just for me than generally : about the personal belief in a just world scale's validity. *Social Justice Research*, 12(2), 79–98. doi:10.1023/A:1022091609047
- Dijksterhuis, A. P., & Knippenberg, A. D. V. A. N. (1995). Timing of schema activation and memory : inhibited access to inconsistent information. *European Journal of Social Psychology*, 25, 383–390.
- Fazio, R. H., & Olson, M. a. (2003). Implicit measures in social cognition. research: their meaning and use. *Annual Review of Psychology*, 54, 297–327. doi:10.1146/annurev.psych.54.101601.145225
- Fiedler, K., Messner, C., & Bluemke, M. (2006). Unresolved problems with the “I”, the “A”, and the “T”: A logical and psychometric critique of the Implicit Association Test (IAT). *European Review of Social Psychology*, 17(1), 74–147. doi:10.1080/10463280600681248
- Fleischhauer, M., Strobel, A., Enge, S., & Strobel, A. (2013). Assessing implicit cognitive motivation : developing and testing an Implicit Association Test to measure Need for Cognition. *European Journal of Personality*, 29(January 2012), 15–29.
- Furnham, A. (1993). Just World Beliefs in Twelve Societies. *The Journal of Social Psychology*, 133(3), 317–329. doi:10.1080/00224545.1993.9712149
- Furnham, A. (2003). Belief in a just world: research progress over the past decade. *Personality and Individual Differences*, 34(5), 795–817. doi:10.1016/S0191-8869(02)00072-7
- Goldinger, S. D., Kleider, H. M., Azuma, T., & Beike, D. R. (2003). “Blaming the victim” under memory load. *Psychological Science*, 14(1), 81–85. doi:10.1111/1467-9280.01423
- Gouveia, V. V., Pimentel, C. E., Coelho, J. A. P. de M., Maynard, V. A. P., & Mendonça, T. dos S. (2010). Validade fatorial confirmatória e consistência interna da Escala Global de Crenças no Mundo Justo – GJWS. *Interação Em Psicologia*, 14(1), 21–29.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the Implicit Association Test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1464–1480.

- Greenwald, A. G., Nosek, B. a., & Banaji, M. R. (2003). Understanding and using the Implicit Association Test: I. An improved scoring algorithm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 197–216. doi:10.1037/0022-3514.85.2.197
- Greenwald, A. G., Poehlman, T. A., Uhlmann, E. L., & Banaji, M. R. (2009). Understanding and using the Implicit Association Test: III. Meta-analysis of predictive validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(1), 17–41. doi:10.1037/a0015575
- Hafer, C. L. (2000). Do innocent victims threaten the belief in a just world? Evidence from a modified Stroop Task. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(2), 165–173. doi:10.1037/AW22-3514.79.2.165
- Hafer, C. L., & Bègue, L. (2005). Experimental research on just-world theory: problems, developments, and future challenges. *Psychological Bulletin*, 131(1), 128–67. doi:10.1037/0033-2909.131.1.128
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33(1), 1–27. doi:10.1111/j.2044-8309.1994.tb01008.x
- Klein, K., & Boals, A. (2001). The relationship of life event stress and working memory capacity. *Applied Cognitive Psychology*, 15(5), 565–579. doi:10.1002/acp.727
- Kleinke, C. L., & Meyer, C. (1990). Evaluation of Rape Victim By Men and Women With High and Low Belief in a Just World. *Psychology of Women Quarterly*, 14(3), 343–353. doi:10.1111/j.1471-6402.1990.tb00024.x
- Knippenberg, A. D. V. A. N., Dijksterhuis, A. P., & Vermeulen, D. (1999). Judgement and memory of a criminal act : the effects of stereotypes and cognitive load. *European Journal of Social Psychology*, 29, 191–201.
- Lane, K. A., Banaji, M. R., Greenwald, A. G., & Nosek, B. A. (2007). Understanding and using the Implicit Association Test : IV what we know (so far ) about the method. In B. Wittenbrink & N. Schwarz (Eds.), *Implicit measures of attitudes* (pp. 59–102). New York: The Guilford Press
- Lerner, M. J. (1965). Evaluation of performance as a function of performer's reward and attractiveness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1(4), 355–360. doi:10.1037/h0021806
- Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion* (p. 209). New York: Plenum Press.
- Lerner, M. J. (1998). The two forms of belief in a just world: some thoughts on why and how people care about justice. In L. Montada & M. J. Lerner (Eds.), *Responses to victimizations and belief in a just world* (pp. 247–270). New York: Plenum Press.

- Lerner, M. J. (2003). The justice motive: where social psychologists found it, how they lost it, and why they may not find it again. *Personality and Social Psychology Review: An Official Journal of the Society for Personality and Social Psychology, Inc*, 7(4), 389–99. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14633474>
- Lerner, M. J., & Goldberg, J. H. (1999). When do decent people blame victims? The differing effects of the explicit\ rational and implicit\ experiential cognitive systems. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology* (pp. 627-640). New York: Guilford
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85(5), 1030–1051. doi:10.1037//0033-2909.85.5.1030
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). The observer's reaction to the "innocent victim": Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4(2), 203–210. doi:10.1037/h0023562
- Lipkus, I. M., Dalbert, C., & Siegler, I. C. (1996). The Importance of Distinguishing the Belief in a Just World for Self Versus for Others: Implications for Psychological Well-Being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22(7), 666–677. doi:10.1177/0146167296227002
- Murray, J. D., Spadafore, J. A., & McIntosh, W. D. (2005). Belief in a Just World and social perception: Evidence from automatic activation. *The Journal of Social Psychology*, 145(1), 35–47. doi:10.3200/SOCP.145.1.35-48
- Nosek, B. a., Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (2007). The Implicit Association Test at Age 7: A Methodological and Conceptual Review. *Social psychology and the unconscious* (pp. 265–291). New York: Psychology Press
- Nosek, B. a, Hawkins, C. B., & Frazier, R. S. (2011). Implicit social cognition: from measures to mechanisms. *Trends in Cognitive Sciences*, 15(4), 152–9. doi:10.1016/j.tics.2011.01.005
- Oliveira, N. R., Janczura, G. A., & Castilho, G. M. (2013). Normas de Alerta e Valência para 908 Palavras da Língua Portuguesa. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 29(3), 185–200.
- Opatow, S. (1990). Moral Exclusion and Injustice: An Introduction. *Journal of Social Issues*, 46(1), 1–20. doi:10.1111/j.1540-4560.1990.tb00268.x
- Ramos, M. R., Correia, I., & Alves, H. (2013). To Believe or Not to Believe in a Just World? The Psychological Costs of Threats to the Belief in a Just World and the Role of Attributions. *Self and Identity*, (September), 1–17. doi:10.1080/15298868.2013.798890
- Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1975). Who believes in a just world? *Journal of Social Issues*, 31(3), 65–89. doi:10.1111/j.1540-4560.1975.tb00997.x

- Santos, J. X., Torres, A. R. R., & Zanini, D. S. (2011). Bem-estar , lócus de controle e crença no mundo justo de trabalhadores da saúde. *Revista Aletheia*, 35-36, 123–136.
- Schmader, T., & Johns, M. (2003). Converging evidence that stereotype threat reduces working memory capacity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(3), 440–52. doi:10.1037/0022-3514.85.3.440
- Schmeichel, B. J., & Hofmann, W. (2012). Working memory capacity in social psychology. In K. C. Klauer, A. Voss, & C. Stahl (Eds.), *Cognitive methods in social psychology* (Abridged., pp. 148–168). New York: Guilford.
- Simmons, C. W., & Piliavin, J. A. (1972). Effects of deception on reactions to a victim. *Journal of Personality and Social Psychology*, 21(1), 56–60.
- Testé, B., & Perrin, S. (2013). The impact of endorsing the belief in a just world on social judgments: the social utility and social desirability of Just-World Beliefs for self and others. *Social Psychology*, 44(3), 209–218. doi:10.1027/1864-9335/a000105
- Torres, A. R. R., & Faria, M. R. G. V. (2008). Creencia en un Mundo Justo y Prejuicios : El Caso de los Homosexuales con VIH / SIDA. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 42(3), 570–579.

## Apêndice A

Tabela 1

*Termos selecionados para o survey para as categorias alvo do TAI*

<b>Merecimento</b>	<b>Imprevisibilidade</b>
Mérito	Incerto
Esforço	Inesperado
Justiça	Incontrolável
Conquista	Indeterminado
Justo	Aleatório
Competência	Inconstante
Recompensa	Fortuito
Capacidade*	Irregular*
Aptidão*	Inseguro*
Talento*	Duvidoso*
Dom*	Desordem*

\* Termos excluídos após a realização do survey

Tabela 2

*Termos utilizados para as categorias atributo do TAI para dimensão global da CMJ*

<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>
Liberdade	Miséria
Diversão	Veneno
Felicidade	Tragédia
Vitória	Morte
Paz	Pobreza
Delícia	Tumor
Vida	Doença
Férias	Câncer

Tabela 3

*Termos utilizados para as categorias atributo do TAI para dimensão pessoal da CMJ*

<b>Eu</b>	<b>Não eu</b>
Eu	Alheio
Mim	Eles
Meu	Deles
Minha	Outros
Comigo	Seu
Me	Tu
Próprio	Lhe

## Apêndice B

Tabela 1

*Itens da Escala Global das Crenças no Mundo Justo (medida em escala Likert de 1 a 6 variando de Discordo Totalmente a Concordo Totalmente)*

---

As pessoas recebem o que elas têm direito a ter  
Quando uma pessoa se esforça, ela é reconhecida e recompensada  
As pessoas ganham as recompensas e punições que merecem  
As pessoas se encontram com o infortúnio que elas mesmas trazem  
As pessoas conseguem o que merecem  
Penso que as recompensas e punições são atribuídas justamente  
Eu basicamente penso que o mundo é um lugar justo

---

## Apêndice C

### Cenário Estudo 2

"A seguir você deverá ler o trecho de uma entrevista. Trata-se de uma entrevista com uma pessoa contaminada pelo vírus da AIDS, que, segundo os médicos, possuía poucas chances de sobreviver à doença. Não será apresentada nenhuma informação que possa identificar o(a) entrevistado(a).

Pergunta - Sabe como foi contaminado (a)?

Resposta de X - Sim, fui contaminado(a) por um namorado(a). Nos apaixonamos, e ao fim de algum tempo tivemos relações sexuais. Ela(e) não sabia que era soropositivo(a).

Pergunta - Vocês não utilizavam preservativo?

Resposta X - Sim, utilizávamos, mas um dia rompeu-se. Deveria ter um defeito de fábrica, ou então não era de boa qualidade. E basta uma vez..."

## Apêndice D

### Cenário Estudo 3

#### **Endogrupo:**

Mais uma pessoa foi vítima da violência urbana. X, cuja identidade a família pediu para ser mantida em sigilo, foi vítima de uma bala perdida. A Polícia Militar conseguiu localizar o autor do disparo. Ficou comprovado que o disparo foi acidental e que não havia nenhuma ligação entre o autor do disparo e a vítima.

Amigos da vítima afirmam que X era estudante da Universidade de Brasília e foi baleado no momento em que ia para casa de um amigo fazer um trabalho da universidade.

(...)

A vítima encontra-se em estado grave e necessita de bolsas de sangue para realizar uma cirurgia. Qualquer pessoa pode fazer a doação, independente do tipo de sangue.”

#### **Exogrupo:**

Mais uma pessoa foi vítima da violência urbana. X, cuja identidade a família pediu para ser mantida em sigilo, foi vítima de uma bala perdida. A Polícia Militar conseguiu localizar o autor do disparo. Ficou comprovado que o disparo foi acidental e que não havia nenhuma ligação entre o autor do disparo e a vítima.

Amigos da vítima afirmam que X era usuário de crack e foi baleado no momento em que ia para casa de um amigo consumir a droga.

(...)

A vítima encontra-se em estado grave e necessita de bolsas de sangue para realizar uma cirurgia. Qualquer pessoa pode fazer a doação, independente do tipo de sangue.”

## Apêndice E

### Cenário Estudo 4: Endogrupo:

Mais uma pessoa foi vítima da violência urbana. X, cuja identidade a família pediu para ser mantida em sigilo, foi vítima de uma bala perdida em Salvador.

X, que é estudante da Universidade Federal da Bahia, é descrito por colegas como esforçado e batalhador.

Amigos da vítima afirmam que X foi baleado no momento em que ia para casa de um amigo fazer um trabalho da universidade.

A vítima encontra-se em estado grave de saúde e necessita de bolsas de sangue para realizar uma cirurgia.

A polícia conseguiu localizar o autor do disparo. Em testemunho, o acusado declarou que o disparo foi acidental e que nem mesmo conhecia X. ‘Não sei... A arma simplesmente disparou. Não tive culpa. Nem conheço X’.

Testemunhas afirmam que X foi baleado no momento em que caminhava, com aparente tranquilidade, em uma rua da capital baiana. ‘Havia diversas pessoas ao redor. Foi horrível. Poderia ter sido qualquer um. Aconteceu de repente.’

Segundo a irmã da vítima, X costumava frequentar a casa do amigo. ‘Não é a primeira vez que foi à casa do amigo. Costumava ir bastante, pelo que eu sei. É triste o que está acontecendo.’

X esteve com a(o) namorada(o) pouco antes do ocorrido. ‘Estava comigo antes de ir. É difícil de acreditar. Tínhamos, inclusive, combinado de nos encontrar quando [X] voltasse da casa do amigo. Agora só me resta aguardar’.

Amigos lamentaram o incidente com X. ‘É uma pessoa companheira, de coração bom. Torço para que se recupere e saia desta. Espero que as pessoas ajudem doando sangue e que corra tudo bem na cirurgia’.

Segundo o delegado responsável pelo caso, não há evidências diretas de ligação entre o autor do disparo e X. Porém, a polícia informou que continua investigando o caso e que testemunhas ainda serão ouvidas.

X segue internado em estado grave necessitando de doações de sangue. Quem tiver interesse em doar deve entrar em contato diretamente com a família de X para maiores informações sobre horário e local para doação.

## Apêndice F

### Cenário Estudo 4: Exogrupo

Mais uma pessoa foi vítima da violência urbana. X, cuja identidade a família pediu para ser mantida em sigilo, foi vítima de uma bala perdida em Salvador.

X, que é usuário de crack, tem passagens pela polícia por realizar pequenos furtos. Segundo amigos da vítima, os furtos serviam para X comprar a droga.

Amigos da vítima afirmam que X foi baleado no momento em que ia para casa de um amigo consumir a droga.

A vítima encontra-se em estado grave de saúde e necessita de bolsas de sangue para realizar uma cirurgia.

A polícia conseguiu localizar o autor do disparo. Em testemunho, o acusado declarou que o disparo foi acidental e que nem mesmo conhecia X. ‘Não sei... A arma simplesmente disparou. Não tive culpa. Nem conheço X’.

Testemunhas afirmam que X foi baleado no momento em que caminhava, com aparente tranquilidade, em uma rua da capital baiana. ‘Havia diversas pessoas ao redor. Foi horrível. Poderia ter sido qualquer um. Aconteceu de repente.’

Segundo a irmã da vítima, X costumava frequentar a casa do amigo. ‘Não é a primeira vez que foi à casa do amigo. Costumava ir bastante, pelo que eu sei. É triste o que está acontecendo.’

X esteve com a(o) namorada(o) pouco antes do ocorrido. ‘Estava comigo antes de ir. É difícil de acreditar. Tínhamos, inclusive, combinado de nos encontrar quando [X] voltasse da casa do amigo. Agora só me resta aguardar’.

Amigos lamentaram o incidente com X. ‘É uma pessoa companheira, de coração bom. Torço para que se recupere e saia desta. Espero que as pessoas ajudem doando sangue e que corra tudo bem na cirurgia’.

Segundo o delegado responsável pelo caso, não há evidências diretas de ligação entre o autor do disparo e X. Porém, a polícia informou que continua investigando o caso e que testemunhas ainda serão ouvidas.

X segue internado em estado grave necessitando de doações de sangue. Quem tiver interesse em doar deve entrar em contato diretamente com a família de X para maiores informações sobre horário e local para doação.